SISTEMA INDENIZATÓRIO SIMPLIFICADO (NOVEL)

Cláusula 39. O prazo de ingresso ao NOVEL encerrou-se em 29 de setembro de 2023, nos termos da decisão judicial de ID n. 1414777372 proferida nos autos do cumprimento de sentença n. 1000415-46.2020.4.01.3800 da 4ª Vara Federal Cível e Agrária da Subseção Judiciária de Belo Horizonte.

Cláusula 40. As PARTES reconhecem os acordos individuais celebrados no âmbito do NOVEL até a HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL deste ACORDO, bem como que a celebração desses acordos resultou em quitação de todas as pretensões individuais do requerente, incluindo as indenizatórias e financeiras de qualquer natureza, em favor da FUNDAÇÃO RENOVA e/ou COMPROMISSÁRIA e/ou ACIONISTAS e/ou PARTES RELACIONADAS, não sendo devido pagamento adicional ou complementação de valores, inclusive a título de lucros cessantes e AFE, impedindo o ingresso no SISTEMA PIM-AFE e no PID.

Cláusula 41. A plataforma do NOVEL e os respectivos prazos ficarão suspensos por 90 (noventa) dias a contar da DATA DE HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL deste ACORDO, sendo que, após esse prazo, será observado fluxo otimizado para encerramento do processamento dos requerimentos no NOVEL, conforme Apêndice 2.6 – Termo de Transação Padrão aplicável ao NOVEL.

Parágrafo primeiro. Concluído o processamento do requerimento com resposta negativa pela FUNDAÇÃO RENOVA e/ou COMPROMISSÁRIA, não haverá possibilidade de reingresso no NOVEL.

Parágrafo segundo. Os requerentes que não observaram os prazos estipulados no programa até a HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL deste ACORDO, assim como aqueles que não observarem os prazos previstos no Apêndice 2.5 – Fluxo de processamento do NOVEL terão os pedidos definitivamente encerrados, sem qualquer possibilidade de apresentação de novo requerimento, reingresso ou acesso à aba recursal.

Parágrafo terceiro. Fica facultada a desistência da pessoa que tenha requerimento e/ou recurso no NOVEL para ingresso no PID.

Cláusula 42. Com o objetivo de dar celeridade ao fechamento do NOVEL, os pedidos pendentes de finalização na aba recursal na data da HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL deste ACORDO somente receberão tratamento pela perícia administrativa uma única vez. Caso o parecer da perícia administrativa seja pelo reprocessamento do requerimento pela FUNDAÇÃO RENOVA, tal reprocessamento somente poderá ocorrer uma única vez. Ao final do reprocessamento único pela FUNDAÇÃO RENOVA, não haverá a possibilidade de novo acesso à aba recursal pelo requerente, momento em que será definitivamente encerrado o requerimento no NOVEL.

Cláusula 43. O atendimento dos recursos na aba recursal deverá ser concluído pela perícia administrativa no prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, contados da HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL deste ACORDO.

Cláusula 44. É obrigatória a representação por advogado(a) ou defensor(a) público(a) para processamento do pedido no NOVEL.

Parágrafo primeiro. Os honorários advocatícios serão de 10% (dez por cento) sobre o valor da indenização e pagos pela COMPROMISSÁRIA e/ou FUNDAÇÃO RENOVA aos advogados(as), sem qualquer dedução do valor a ser pago aos requerentes.

Parágrafo segundo. O requerente poderá efetuar a substituição de advogado(a) em qualquer momento do processamento do requerimento no NOVEL por meio da submissão de nova procuração no sistema, o que não acarretará alteração dos prazos de responsabilidade e execução do requerente, previstos no fluxo. Sempre que houver substituição de advogado(a), a FUNDAÇÃO RENOVA e/ou COMPROMISSÁRIA terá 3 (três) dias adicionais aos prazos de sua responsabilidade previstos no fluxo para avaliação da regularidade da nova procuração ou declaração à Defensoria Pública.

Parágrafo terceiro. Os honorários advocatícios serão pagos no prazo de 5 (cinco) dias após o recebimento da indenização pelo requerente.

Parágrafo quarto. A FUNDAÇÃO RENOVA e/ou COMPROMISSÁRIA e/ou as AÇIONISTAS e/ou as PARTES RELACIONADAS não terão qualquer responsabilidade pelo pagamento de honorários advocatícios adicionais a outros advogados(as) eventualmente constituídos pelo requerente, no Brasil ou no exterior,

além daquele(a) formalmente constituído(a) no NOVEL na data de assinatura do acordo individual

CAPÍTULO VI

DANO ÁGUA

Cláusula 45. A COMPROMISSÁRIA apresentará oferta de acordo para todos os autores das ações judiciais individuais ajuizadas até 26 de outubro 2021 que tratem de indenização pelos alegados danos morais e materiais causados pela suspensão ou interrupção no abastecimento público de água em decorrência do ROMPIMENTO (“DANO ÁGUA”) e demais temas tratados no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas n. 1126962-87.2018.8.13.0000, suscitado pela COMPROMISSÁRIA ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Parágrafo único. A COMPROMISSÁRIA iniciará a apresentação de oferta em até 120 (cento e vinte) dias, a contar da HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL deste ACORDO.

Cláusula 46. A oferta abrangerá as ações judiciais propostas pelos autores residentes dos seguintes municípios do ESTADO DE MINAS GERAIS à época do ROMPIMENTO, independentemente do foro em que tenham sido ajuizadas: Naque, Belo Oriente, Periquito, Alpercata, Governador Valadares, Tumiritinga, Galiléia, Resplendor, Itueta e Aimorés.

Parágrafo primeiro. A apresentação da oferta está condicionada à existência, nos autos das ações judiciais, de comprovante de residência nos municípios previstos no *caput* à época do ROMPIMENTO ou de apresentação de comprovante de residência com data à época do ROMPIMENTO para a celebração do acordo individual.

Parágrafo segundo. Serão aceitos comprovantes de residência do período compreendido entre outubro de 2015 e dezembro de 2015.

Cláusula 47. A oferta será no valor fixo de R\$ 13.018,00 (treze mil e dezoito reais) por autor de ação judicial por DANO ÁGUA, sobre o qual não haverá a incidência de juros de mora e/ou correção monetária, visando a composição e encerramento definitivo do DANO ÁGUA. A indenização será paga por meio de depósito na conta do beneficiário em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da homologação judicial do